



Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio

CNPJ: 00.880.446/0001-58

Senhores Acionistas, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Relatório de Gestão da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio, com as respectivas Demonstrações Financeiras Contábeis, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de

2003 e como fato relevante que merece destaque foi a decisão proferida pelo M.M. Juízo da 43ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, julgando improcedente a ação de cobrança proposta por Siemens Ltda., conforme consta na Nota Explicativa 7.2 do Parecer dos Auditores.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002 (Em reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002 (Em reais)		31/12/2003	31/12/2002
ATIVO			
CIRCULANTE:			
Disponível	1.371.826	995.184	
Contas a Receber	514.243	728.156	
Almoxarifado de Materiais	89.245	108.627	
Impostos a recuperar	47.114	48.641	
Créditos tributários	511.786	-	
Despesas do exercício seguinte	466.440	440.486	
	3.000.654	2.321.094	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:			
Residual de leasing	299.270	233.275	
Demais Contas a Receber	893.773	746.046	
Créditos Tributários	222.054	1.309.365	
	1.415.097	2.288.686	
PERMANENTE:			
Imobilizado Líquido	203.475.393	222.170.712	
Diferido Líquido	5.160.277	5.486.464	
	208.635.670	227.657.176	
Total do ativo	213.051.421	232.266.956	
PASSIVO			
CIRCULANTE:			
Empréstimos e financiamentos	38.473.503	38.819.223	
Fornecedores	5.484.542	6.613.139	
Obrigações trabalhistas/tributárias	1.874.086	1.652.439	
Vendas antecipadas	1.188.699	997.632	
Juros sobre o capital próprio	4.956.600	1.770.000	
Taxa de fiscalização contratual a pagar	651.111	-	
	52.628.541	49.852.433	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:			
Empréstimos e financiamentos	50.799.595	79.603.044	
Taxa de fiscalização contratual a pagar	4.118.807	2.742.799	
Provisões para contingências	723.687	-	
	55.642.089	82.345.843	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:			
Capital social	86.065.497	86.065.497	
Reservas de capital	212	212	
Reservas de lucros	2.198.118	1.554.172	
Lucros ou prejuízos acumulados	16.516.964	12.448.799	
	104.780.791	100.068.680	
	213.051.421	232.266.956	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002 (EM REAIS)

	31/12/2003	31/12/2002
Receita de arrecadação pedágio/ exploração comercial	93.711.987	83.403.468
(-) Deduções da receita	(8.098.564)	(7.171.885)
(=) Receita líquida de vendas	85.613.423	76.231.583
(-) Custo dos serviços prestados - operação da rodovia	(6.253.339)	(6.070.938)
Custos de pessoal	(8.882.516)	(4.250.180)
Manutenção/conservação	(2.773.518)	(2.119.479)
Serviço de atendimento ao usuário	(388.188)	(83.626)
Serviços de terceiros	(297.742)	(430.447)
Aluguéis de equipamentos/leasing	(2.515.328)	(2.206.438)
Fiscalização contratual	(19.182.261)	(15.866.421)
Depreciação e amortização	(1.253.584)	(1.082.695)
Se guros	(1.968.379)	(3.133.859)
Materiais	(1.068.491)	(822.432)
Outros	(44.583.346)	(36.066.515)
(=) Resultado bruto	41.030.077	40.165.068
(+/-) Despesas e receitas operacionais:		
Despesas de pessoal	(3.939.058)	(3.297.894)
Despesas administrativas	(2.119.476)	(1.850.165)
Despesas financeiras (líquidas)	(18.835.425)	(19.146.834)
Depreciação e amortização	(222.883)	(177.798)
Serviços de terceiros	(1.911.912)	(2.572.250)
	(27.028.754)	(27.044.941)
(=) Resultado operacional	14.001.323	13.120.127
(+/-) Outras receitas e despesas não operacionais	62.108	16.659
(=) Res. antes das provisões tributárias	14.063.431	13.136.786
(-) Provisão para imposto de renda e contribuição social	(2.355.320)	(2.661.580)
(=) Lucro líquido do exercício	11.708.111	10.475.206
Lucro por ação	1,63	1,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002 (EM REAIS)

	31/12/2003	31/12/2002
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	11.708.111	10.475.206
Itens que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação/Amortização	19.405.227	16.043.253
Realização da variação cambial diferida	-	949.284
Valor residual do ativo permanente baixado	7.752	28.860
Var. monetárias do exigível a longo prazo	3.662.091	598.443
Provisão para Contingências	723.687	-
Lucro líquido do exercício ajustado	35.506.868	28.095.046
Redução do Realizável a Longo Prazo	873.589	207.116
Transferência do Passivo Circulante para o Exigível a Longo Prazo	-	18.340.172
De terceiros	-	-
Aumento do exigível a longo prazo - novos empréstimos	-	6.189.293
Total das Origens	36.380.457	52.831.627
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aquisições de imobilizado	391.473	11.402.371
Transferência do Exigível para o Curto Prazo - Empréstimos BNDES	31.089.532	27.251.004
Juros Sobre o Capital Próprio	6.996.000	6.200.000
Total das aplicações	38.477.005	44.853.375
VARIACÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
	(2.096.548)	7.978.252
	31/12/2003	31/12/2002
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante		
No final do exercício	3.000.654	2.321.094
No início do exercício	2.321.094	2.925.415
Variação	679.560	(604.321)
Passivo circulante		
No final do exercício	52.628.541	49.852.433
No início do exercício	49.852.433	58.435.006
Variação	2.776.108	(8.582.573)
VARIACÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
	(2.096.548)	7.978.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS ANOS FINDOS EM 31/12/2003 E 2002

1. Contexto operacional - A companhia foi constituída em 16 de outubro de 1995, sob a denominação de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio, tendo como objeto social a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e os respectivos acessos, durante o prazo de 25 anos contados a partir da data da transferência do controle da rodovia para a concessionária.

É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo com expressa autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), instituída pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que substituiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). O regime jurídico do contrato de concessão confere à ANTT a prerrogativa de alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindindo-o, fiscalizando-o e aplicando sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, sendo que as cláusulas econômico-financeiras do contrato de concessão não poderão ser alteradas sem prévia concordância da concessionária.

A concessão de exploração da rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

Extinta a concessão, reverterá à ANTT todos os bens transferidos para a administração da concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas, e cessam, para a concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. Em caso de extinção, a concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, que é reajustada anualmente, todavia, em razão da peculiaridade do serviço prestado, são facultadas outras fontes de receitas, sejam elas direta ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviços e lazer, inclusive as decorrentes de publicidades e multas por excesso de peso, a exploração destas fontes depende de prévia autorização da ANTT.

A concessionária provisionou um montante de R\$ 2.525.328 em 2003 (2.206.438 em 2002) relativo a taxas de fiscalização contratual pagas à ANTT em parcelas mensais, atualizadas de acordo com os reajustes de pedágio, destacados nas Demonstrações de Resultado.

O cronograma físico de investimentos prevê aplicação de recursos na rodovia, durante o prazo de concessão, no montante aproximado de R\$ 893.158 mil, a valores de dezembro de 2003, dos quais R\$ 505.370 mil já foram investidos, estando prevista a captação de financiamentos de longo prazo para custear estes investimentos.

Os orçamentos para o exercício de 2004 prevêem arrecadação de pedágio em montante suficiente para a manutenção das atividades da Companhia e para a liquidação de seus compromissos financeiros de curto prazo. Ademais, está prevista a captação de financiamentos de longo prazo para fazer frente aos investimentos estimados para o referido exercício.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo as principais as seguintes:

2.1. Regime de escrituração contábil - As receitas, os custos e as despesas foram reconhecidos contabilmente observando-se o regime de competência. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano, contados a partir de 01 de janeiro de 2004, foram classificados como circulantes e aqueles com prazos superiores foram classificados no longo prazo.

2.2. Títulos e valores mobiliários - Encontram-se registrados ao valor de custo ou de realização, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.3. Almoxarifado de materiais - Foram avaliados pelo custo médio de aquisição, sendo inferiores aos valores de reposição.

2.4. Despesas do exercício seguinte - Correspondem, basicamente, as renovações de seguro, inclusive sobre a garantia de obras na rodovia, sendo obedecido o regime de competência para a devida apropriação ao resultado de cada período.

2.5. Permanente - Demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos: - Depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota nº 4, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, limitadas, quando aplicável, ao termo final do contrato de concessão, conforme mencionado na Nota nº

1 - Amortização do diferido no período de três a 25 anos, conforme mencionado na Nota nº 5. - **2.6. Diferimento da variação cambial** - Com base na Lei nº 9.816/99, que permitiu o diferimento do resultado líquido negativo da variação cambial ocorrida no primeiro trimestre de 1999, a Companhia decidiu reconhecer este efeito negativo no ativo diferido no montante de R\$ 2.847.859. O saldo remanescente foi amortizado em 2002, no montante de R\$ 949.284.

2.7. Empréstimos e financiamentos - São atualizados pelas variações monetárias, incorridas até a data do balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados (Nota Explicativa nº 6).

2.8. Taxa de fiscalização contratual a pagar - Valores a pagar junto à ANTT relativo às taxas do período de outubro de 2000 à dezembro de 2001.

2.9. Provisão para contribuição social sobre o lucro líquido - Definida pela Lei nº 7.689/88 com alterações posteriores, foi calculada sobre o lucro líquido ajustado antes da provisão para o imposto de renda. Sua contabilização ocorreu no passivo circulante, líquida das antecipações efetuadas no exercício.

2.10. Provisão para imposto de renda da pessoa jurídica - Constituída com base no lucro real, sendo reconhecida à medida da apuração do débito tributário. Sua contabilização ocorreu no passivo circulante, líquida dos valores retidos do imposto de renda na fonte sobre aplicações financeiras e das antecipações efetuadas no exercício.

2.11. Demais ativos e passivos - São demonstrados pelo regime de competência, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias pró-rata.

3. Disponibilidades

Os saldos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 estavam representados por:

Descrição - R\$	31/12/03	31/12/02
Tesouraria da operação (*)	1.025.628	726.901
Bancos conta movimento	40.412	96.777
Aplicações de liquidez imediata	283.830	153.786
Outras	21.956	17.720
Total	1.371.826	995.184

(*) Refere-se à arrecadação nas praças de pedágio, não depositada no banco até a data de encerramento das demonstrações contábeis, por se referir a dias não úteis.

4. Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido
TOTAIS		292.504.148	(89.028.755)	203.475.393
Trabalhos Iniciais		25.531.145	(16.225.678)	9.305.468
Pavimento Concreto Asfáltico	20	3.734.161	(3.734.161)	-
Elementos de Proteção/Segurança	20	5.805.768	(5.803.083)	2.686
Canteiro Central/Faixa Domínio	20	185.786	(185.786)	-
Obras de Arte Especiais	20	1.913.374	(1.913.374)	-
Sistema de Iluminação/Inst. Elétricas	20	60.049	(60.049)	-
Estruturas de Contenção	4-5	3.455.373	(1.060.459)	2.394.914
Drenagem/Obras Arte Correntes	20	255.995	(255.995)	-
Recuperação dos Túneis	20	203.902	(203.902)	-
Edif. Operação e Controle	4-5	9.916.738	(3.008.870)	6.907.868
Recuperação Estrutural da Rodovia	18	(19.194.475)	25.336.882	29.892.481
Pavimento Concreto Asfáltico	12,5-16,67	19.139.340	(11.995.132)	7.144.208
Pavimento Concreto Cimento	12,5-16,67	1.449.080	(986.009)	463.071
Elementos de Proteção e Segurança	4-5	5.768.583	(1.208.208)	4.560.375
Recuperação Obras de Arte Especiais	4-5	267.298	(54.553)	212.745
Estruturas de Contenção	4-5	10.070.092	(2.282.443)	7.787.649
Drenagem/Obras Arte Correntes	4-5	6.137.820	(1.487.707)	4.650.113
Túneis	4-5	699.144	(180.422)	518.722
Melhoramentos	4-5	186.210.550	(43.641.400)	142.569.150
Edif. Operação e Controle	4-5	1.859.159	(435.355)	1.423.804
Obras Espec. Prog. Exp. Item 2.6	4-5	180.773.275	(42.455.045)	138.318.230
Sistema Ilum/Instalações Elétricas	10-12,5	395.050	(172.301)	222.749
Estruturas de Contenção	4-5	165.775	(20.958)	144.817
Diversos	4-5	3.017.291	(557.742)	2.459.549
Monitoramento	4	1.273.503	(348.710)	924.793
Adm. Concessionária	10	1.375.595	(869.353)	506.242
Implantação dos Sistemas	5-20	33.584.981	(9.629.193)	23.955.787
Exploração Comercial		995.478	(119.945)	875.533
Marcas e Patentes		1.539	0	1.539

A Companhia contratou empresa especializada para avaliação do valor de mercado e prazo de vida útil dos bens constantes do ativo imobilizado, esta avaliação resultou em re-cálculo das depreciações de 2003, levando-se em conta o novo prazo de vida útil destes bens. A mudança destes

prazos está basicamente fundamentada no crescimento do tráfego (projetado) das rodovias para os próximos anos. Esta mudança resultou em um incremento de depreciação no ano de 2003 no montante de R\$ 2.888.273.

130 OFICIO DE NOTAS -
LUIZ FERNANDO CARVALHO DE FARIA - Notário - NO notaria
Av. Rio Branco 135 grupo 312 - RJ - Tel. 2224-8423
Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.

Rio de Janeiro, 02 de Agosto de 2004
LEONARDO FERREIRA LEITE - Substituto
Total R\$ 1.100,00
Valido somente com selo de Fiscalização.

Ofício de Notas
Furtado de Mendonça
Escrivente Substituto



continua

5. Diferido
Descrição - R\$

	% - Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação	31/12/03 Líquido	31/12/02 Líquido
Instalações em imóveis de terceiros	33,34	190.972	(151.023)	39.949	65.190
Despesas pré-operacionais	20	7.491.140	(7.491.140)	-	-
Correção monetária do balanço	20	19.196	(19.196)	-	-
Construção da praça de pedágio do Km 109	4	7.260.269	(2.139.941)	5.120.328	5.421.274
Varição cambial diferida (Nota nº 2.6.)	25	2.847.859	(2.847.859)	-	-
Total		17.809.436	(12.649.159)	5.160.277	5.486.464

6. Empréstimos e financiamentos

Descrição - R\$	31/12/03	31/12/02
Banco Bradesco S/A - conta garantida (utilização do crédito (taxa de CDI + 0,8% ao mês)	4.468.482	7.452.907
Banco Bradesco S/A - capital de giro - (taxa CDI + 12,6825% ao ano)	104.724	-
B&B Factoring (desconto - CDI + 1% ao mês)	-	293.750
Banco Guanabara S/A (Taxa de CDI + 0,90 % ao mês)	900.000	-
Petrobras Distribuidora S/A (Taxa de CDI + 1% ao mês)	487.855	-
Financiamentos concedidos pelo BNDES para aquisição de bens do ativo imobilizado, sujeitos a juros de 5,5% ao ano e atualizáveis pela variação da TJLP	67.677.085	94.979.148
Financiamentos concedidos pelo FINAME para aquisição de bens do ativo imobilizado, sujeitos a juros de 5% ao ano e atualizáveis pela variação da TJLP	37.579	99.089
Financiamentos concedidos pela Siemens Ltda. Para aquisição de bens do ativo imobilizado produzidos pela mesma, atualizáveis com base em 40% da variação do IGP-M e em 60% da variação da taxa de câmbio de venda do Dólar americano comercial	15.597.373	15.597.373
Total	89.273.098	118.422.267
Circulante	38.473.503	38.819.223
Longo prazo	50.799.595	79.603.044

Longo prazo vencíveis em

31/12/03	31/12/02
2004	30.562.568
2005	30.529.824
2006	18.510.652
Total de débitos de longo prazo	79.603.044

6.1. Contrato BNDES - O financiamento contratado junto ao BNDES foi obtido com a finalidade de execução das obras e serviços destinados à recuperação, ao reforço, à monitoração, ao melhoramento, à manutenção, à conservação, à operação e à exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, no trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e respectivos acessos. O total histórico do financiamento obtido foi de R\$ 135.152.850, dividido em subcréditos "A", "B" e "C", correspondentes, também em moeda histórica a R\$ 93.030.000, R\$ 35.687.000 e R\$ 6.435.850, respectivamente. Conforme contrato, a amortização do subcrédito "A", será procedida em 90 parcelas mensais e sucessivas, sendo que o vencimento da primeira ocorreu em 15/09/98, com o comprometimento de saldar a última prestação em 15/02/06. Quanto à amortização do subcrédito "B", esta dar-se-á em 54 prestações mensais e sucessivas, tendo vencido a primeira em 15/07/01, com comprometimento de saldar a última prestação em 15/12/05. Quanto à amortização do subcrédito "C", este deve ser pago ao BNDES no prazo equivalente em meses ao número de prestações ainda não vencidas do subcrédito "B", na data da utilização inicial do subcrédito "C".

6.2. Contrato Siemens - Refere-se a contrato pactuado no final de maio de 1996 com objetivo de fornecimento, instalação e colocação em funcionamento, por parte da contratada, dos sistemas de controle rodoviário. Em 21/01/00, por meio de carta endereçada à contratada, foi rescindido o contrato, por descumprimento dos prazos e cronogramas acordados e negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais. Em 31/12/03, com base em parecer de seus assessores jurídicos, a Companhia entende como remota a probabilidade de perdas em relação ao processo em andamento. Contabilmente, o passivo está registrado no último ano da composição do longo prazo, considerando encargos até 31/12/99, sendo que a partir de janeiro de 2000, nenhum acréscimo moratório foi considerado. Se estes acréscimos fossem considerados em 31/12/03 o valor aproximado seria de R\$ 39.390.000, entretanto, os valores já pagos pela Concer à Siemens, corrigidos, representam em 31/12/03 o montante aproximado de R\$ 28.156.000, valor que a Concer pleiteia devolução por conta da não instalação dos equipamentos.

7. Obrigações tributárias e trabalhistas
Descrição - R\$

31/12/03	31/12/02	
Impostos retidos na fonte a recolher	115.188	282.665
Imposto sobre serviços	426.007	406.202
PIS/Cofins	380.680	324.911
IRPJ/CSSL	518.335	160.286
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	433.876	478.375
Total	1.874.086	1.652.439

8. Fornecedores
Os saldos estavam representados em 31 de dezembro de 2003 e 2002, por:

Descrição - R\$	31/12/03	31/12/02
Agência Nacional de Transportes Terrestres	286.765	601.400
Bradesco Saúde S/A	147.467	-
Consórcio Construtor BR040	3.335.908	3.415.572
SMR Socorro Médico e Resgate Ltda	142.628	92.062
Rio Bonito Serv. Apoio Rodov. Ltda	700.418	651.607
Bradesco Seguros S/A	188.777	128.724
Petrobras Distribuidora S/A	644.100	644.100
Outros	682.579	1.079.674
Totais	5.484.542	6.613.139

9. Créditos tributários
A companhia optou por contabilizar no ativo realizável a longo prazo, as provisões tributárias (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro), incidentes sobre os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais, provisões para contingências e base negativa de contribuição social. Com base em estudos e projeções efetuados para os períodos seguintes e considerando os limites fixados pela legislação vigente, a expectativa da administração da companhia é de que os créditos tributários existentes sejam realizados no prazo máximo de dois anos.

Composição dos créditos tributários

Descrição - R\$	31/12/03	31/12/02
IRPJ sobre prejuízo fiscal	376.117	962.572
IRPJ sobre provisões	156.922	-
CSSL sobre base de cálculo negativa	135.669	346.793
CSSL sobre provisões	65.132	-
Total	733.840	1.309.365
Curto Prazo	511.786	-
Longo Prazo	222.054	1.309.365

Demonstração do cálculo do crédito tributário
Descrição

31/12/03	31/12/02	
Saldo do prejuízo tributário	3.946.288	6.221.290
Compensações	(2.345.821)	(2.275.002)
Saldo a compensar	1.600.467	3.946.288
IRPJ - 15%	240.070	591.943
Adicional do IRPJ - 10%	136.047	370.629
Total do crédito do imposto de renda	76.117	962.572
Provisões para contingências	723.687	-
IRPJ - 15%	108.553	-
Adicional do IRPJ - 10%	48.369	-
Total do crédito do imposto de renda	156.922	-
Total geral do crédito do IRPJ	533.039	962.572

Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL)
Saldo da base de cálculo negativa

31/12/03	31/12/02	
Saldo a compensar	3.853.254	6.229.483
Compensações	(2.345.821)	(2.376.229)
Saldo a compensar	1.507.433	3.853.254
Contribuição social sobre o lucro - 9%	135.669	346.793
Provisões para contingências	723.687	-
Contribuição social sobre o lucro - 9%	65.132	-
Total do crédito da CSSL	200.801	346.793

10. Transações com partes relacionadas
Os créditos e obrigações com empresas ligadas são originários de operações de prestação de serviços, para recuperação, manutenção, conservação e

ampliação da rodovia, e foram gerados, quanto a prazos, encargos e garantias, nas mesmas condições das operações realizadas com terceiros. Os preços e quantidades estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão e todas as obras são fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). As transações da Companhia com partes relacionadas apresentavam os seguintes valores:

Descrição	31/12/03	31/12/02
Consórcio Construtor BR 040		
Saldo	3.335.908	3.415.572
Passivos - fornecedores	31/12/03	31/12/02
Movimentações no período (12 meses)	120.512	9.821.817
Aquisições imobilizado	15.434.393	14.949.922
Depreciações	8.022.216	3.213.570
Custos - manutenção e conservação		

11. Taxa de fiscalização contratual a pagar
A empresa havia pleiteado junto a ANTT o não pagamento de um montante de R\$ 2.742.799, relativo às taxas do período de outubro de 2000 a dezembro de 2001, para fins de compensação da perda de receita decorrente do atraso do reajuste tarifário. Neste ano, a Agência se manifestou contra o pedido e, solicitou os pagamentos das taxas mensais do passado, acrescidos de encargos e atualizações, gerando um débito acumulado no início de dezembro de 2003 no montante de R\$ 4.824.887.

A Companhia solicitou o parcelamento deste montante em 82 parcelas, sendo a primeira paga em dezembro de 2003, originando a seguinte estrutura de vencimentos:

Descrição - R\$	31/12/03	31/12/02
Curto prazo	651.111	4.118.807
Longo prazo	4.118.807	4.769.918
Total	4.770.000	8.888.725

12. Patrimônio líquido
12.1. Capital social - O capital social subscrito e integralizado está representado por 7.190.100 ações sem valor nominal, sendo 2.396.700 ordinárias e 4.793.400 preferenciais. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em assembleia geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, em caso de dissolução da Companhia, salvo no caso de extinção ao término do prazo de concessão, quando a distribuição de dividendos e o reembolso do capital serão procedidos de acordo com o total das participações acionárias. O capital autorizado é de R\$ 100.000.000. A composição acionária em 31/12/03 é a seguinte:

Descrição	Quantidades de ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Triunfo Participações e Investimentos S/A	1.497.937	2.995.871	4.493.808
CCI Concessões S/A	431.406	862.810	1.294.216
CCI Concessões S/A	215.703	431.404	647.107
Construtora Metropolitana S/A	251.654	503.305	754.959
Pessoas físicas	-	10	10
Total	2.396.700	4.793.400	7.190.100

12.2. Reserva legal - Esta reserva é constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir os limites fixados pela legislação. **12.3. Reserva estatutária** - Esta reserva é constituída para fins de restituição de capital aos acionistas, nos casos de extinção da concessão, com base em 0,5% do lucro líquido de cada exercício social, até atingir o limite máximo de 10% do capital social. **12.4. Dividendos** - Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária. No exercício de 2003 a Companhia contabilizou a título de juros remuneratórios do capital próprio o montante de R\$ 6.996.000 (em 2002 R\$ 6.200.000).

13. Cobertura de seguros - A Companhia mantém coberturas de seguros para valores em risco no montante aproximado de até R\$ 28.440.000, contemplando riscos de engenharia, riscos operacionais, perdas de receita, responsabilidade civil, do contrato de concessão, de suas edificações e de seus veículos. A administração da Companhia considera este valor suficiente para cobrir eventuais riscos de responsabilidades ou sinistros com seus ativos.

14. Remuneração a administradores - A remuneração dos administradores de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2003 foi de R\$ 589.585 (em 2002 foi de R\$ 851.518). **15. Arrendamento mercantil** - Certos veículos e equipamentos são arrendados com uma taxa pré-fixada média de 2,5% ao mês variando entre o período de 24 a 36 meses, contendo cláusulas de opção de compra. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002, foram efetuados pagamentos no montante de R\$ 591.376 e R\$ 612.291, respectivamente, que tiveram a seguinte destinação:

Descrição - R\$	31/12/03	31/12/02
Antecipação de pagamento do valor residual	87.743	89.403
Despesas operacionais	261.150	102.348
Custos dos serviços	242.483	420.540
Total	591.376	612.291

Apresentamos, a seguir, os valores do imobilizado líquido de depreciação e o passivo que os ativos representariam caso estivessem registrados como compra financiada de bens, lembrando que o prazo contratual é de 36 meses:

Descrição - R\$	31/12/03	31/12/02
Custo de aquisição	2.609.892	2.283.263
Depreciação acumulada	(1.702.038)	(802.062)
Valor líquido	907.854	1.481.201
Valor a pagar	596.937	935.033

16. Valores contingentes

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza cível e trabalhista. A administração, apoiada na opinião de seus consultores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho da maior parte dos processos em andamento como remota. Os demais processos, avaliados como prováveis de perda pelos assessores jurídicos, foram objeto de registro contábil e totalizaram R\$ 723.687.

17. ISS - custo da tarifa de pedágio - A Companhia provisionou, até o dia 19 de agosto de 1999, o montante de R\$ 4.757 mil equivalente a 5% da arrecadação do pedágio, a título de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN), visto que este percentual constava da planilha de custos da tarifa de pedágio elaborada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), entretanto, devido à inexistência de normas específicas que regulamentassem a incidência do referido imposto sobre este tipo de receita até 19/08/99, não pode efetuar o respectivo recolhimento, assim, a referida provisão foi revertida no exercício de 2000.

O Ofício nº 185/01 datado de 11 de junho de 2001 do DNER - ANTT, entre outros assuntos, aprovou as adequações do PER nº 02 determinando que os recursos arrecadados durante o ano de 1998 estejam incluídos no cronograma de investimentos da empresa e os recursos arrecadados no período de 01 de janeiro a 20 de agosto de 1999 fossem utilizados para modificação da tarifa, procedimento considerado pela companhia que efetivamente compensou os valores por meio da revisão das tarifas de pedágio, eliminando, assim o débito anteriormente mencionado.

A partir de 20 de agosto de 1999, em cumprimento à determinação do DNER - ANTT, a tarifa pedágio foi reduzida em 5% correspondente ao ISS, assim sendo, a companhia deixou de constituir a referida provisão no período de 20 de agosto até 31 de dezembro de 1999.

A partir de janeiro de 2000, com base na Lei Complementar nº 100 de 22 de dezembro de 1999, que instituiu a incidência do ISS sobre a prestação de serviços de pedágio, a companhia passou a provisionar e a recolher o referido imposto à alíquota de 5%, com o conseqüente repasse deste imposto à tarifa do pedágio.

18. Instrumentos financeiros

A Companhia não atua no mercado de derivativos. Os valores contábeis dos ativos e passivos correspondem substancialmente aos seus valores estimados de mercado.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio de sua Instrução Normativa nº 235, de 23/03/95, estabelece a divulgação de instrumentos financeiros em nota explicativa, reconhecidos ou não nas demonstrações contábeis.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da companhia são os seguintes:

Risco de taxa de câmbio
A Companhia possui o contrato de financiamento com a Siemens (Nota Explicativa nº 5.2.) que está sendo questionado judicialmente, no entanto, até o momento não afeta negativamente seus negócios, a situação patrimonial e financeira e resultado das operações, e sua capacidade de honrar as obrigações.

Riscos de crédito
O faturamento da Companhia é proveniente de cobrança de tarifas de pedágio, com recebimento à vista e pagamentos antecipados. Os créditos somente ocorrem em casos de venda para grandes clientes e não representam 6% do seu faturamento mensal.

Risco de preço e valor de mercado
A presente estrutura tarifária cobrada é regulada pelo poder concedente e, nas três praças de pedágio encontra-se dentro da faixa praticada pelo mercado, sendo que atualmente a Companhia cobra R\$ 0,92 a cada 10 km.

Risco de mercado
O desenvolvimento do preço do petróleo pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da companhia goza de um risco estrutural intrínseco ao negócio, algo prejudicado pelas incertezas da economia brasileira.

A exploração da rodovia pelo setor privado encontra-se a princípio garantido pela presente visão do governo federal no que toca ao papel do setor privado em setores outrora de exclusividade estatal.

Desconhecemos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

DIRETORIA

DIRETORIA EXECUTIVA

Pedro Antônio Jonsson - Diretor Presidente - CPF 302.634.769-87
Pedro Antônio Jonsson - Diretor Adm. Financeiro - CPF 302.634.769-87
Ricardo S. de O. Barra - Diretor de Op. e Engenharia - CPF 453.808.996-88

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Luiz Fernando Wolff de Carvalho - Presidente
Antônio José Monteiro da Fonseca de Queiroz - Conselheiro
Eduardo Ribeiro Capobianco - Conselheiro
Rogério Gomes Sant'Anna - Conselheiro
Fabiana Repucci Vaz de Lima - Conselheira

Contador - Sandoval Cloves Barreto - Técnico de Contabilidade
CRC-BA5.602-T-RJ CPF 024.721.635-68

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO 1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO, levantado em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendemos o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO, em 31 de dezembro de 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.2., a Companhia mantém registrado em seu passivo o valor de R\$ 15.597.373, referente a financiamentos concedidos pela Siemens S.A. a administração da Companhia, entendendo a ocorrência de descumprimento de cláusulas contratuais pela credora, rescindiu o contrato na esfera judicial e desta forma, suspendeu o registro contábil da atualização monetária desde 01 de janeiro de 2000, tendo em vista que, na opinião de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda desta demanda pela Companhia é remota. 5. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2002 foram auditadas por nós com parecer datado de 28 de janeiro de 2003, o qual continha ressalva relativa ao diferimento da variação cambial (Nota Explicativa 2.6). Essa ressalva não se aplica ao exercício findo em 31/12/2003. São Paulo, 23 de janeiro de 2004. Terco Auditoria e Consultoria S/C - CRC SP 013.073/O-S-RJ
Acyr de Oliveira Pereira - CRC SP 220.266/O-S-O

130 OFICIO DE NOTAS -
LUIZ FERNANDO CARVALHO DE FARIA - Notário - MO noceent
Av. Rio Branco 135 grupo 312 - RJ - Tel. 2224-8423
Certifico que a presente é cópia fiel
do original que foi exibido.

Rio de Janeiro, 02 de Agosto de 2004
LEANDRO FERREIRA LEITE - Substituto - LFL - 135
Válida somente com selo de Fiscalização. - Total R\$ 3,52

Luiz Heitor Furtado de Mendonça
Escritório Substituto

